

## **Conflitos midiáticos: das vidas perdidas à política das imagens em circulação<sup>1</sup>**

Mediatized conflicts: from the lost lives  
to the politics of images in circulation

Conflictos mediatizados: de las vidas perdidas  
a la política de imágenes en circulación

**Ana Paula da Rosa**

Universidade do Vale do Rio dos Sinos | [anarosa208@yahoo.com.br](mailto:anarosa208@yahoo.com.br)

Submissão: 31 ago. 2022

Aceite: 23 dez. 2022

---

<sup>1</sup> Este artigo foi desenvolvido no âmbito das atividades do Programa CAPES/STINT, projeto de cooperação internacional entre Brasil e Suécia, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

**Resumo:** Este artigo busca refletir sobre conflitos mediatizados a partir da circulação de sentido, mobilizando para isso imagens inscritas na mídia e que configuram o imaginário midiático por sua constante presença e reinscrição, mobilizando/afetando o imaginário social. Como metodologia, adotamos o estudo de caso mediatizado composto por três acontecimentos: a morte do menino Aylan Kurdi (2015), em Bodrum, Turquia; o assassinato do adolescente Marcos Vinicius (2018), na favela da Maré, no Rio de Janeiro; e, fechando o conjunto, o episódio de violência urbana envolvendo a menina Ágatha Félix, de 8 anos, no Morro do Alemão, também no Rio (2019). Como eixo teórico, mobilizamos discussões sobre morte (ELIAS, 2001), condição de reconhecimento (AGAMBEN, 2010; BUTLER, 2017), circulação (FAUSTO NETO, 2013; ROSA, 2019; 2020a) e perspectiva sobre os conflitos sociais mediatizados (HJAVARD; MORTENSEN, 2015), entendendo que a partir deste conjunto de lentes teórico-reflexivas é possível observar dinâmicas de interação social que lidam com as bordas do dar a ver, apagar ou simplesmente transparecer sujeitos e seus corpos.

**Palavras-chave:** conflitos mediatizados; imagens; circulação; imaginários; vida precária.

**Abstract:** This article seeks to reflect on mediatized conflicts from the circulation of meaning, mobilizing for these images inscribed in the media and that configure the media imaginary by its constant presence and re-inscription, mobilizing/affecting the social imaginary. As methodology, we adopted the mediatized case study composed of three events: the death of a boy Aylan Kurdi (2015) in Bodrum, Turkey; the murder of the teenager Marcos Vinicius, in the favela of Maré and, closing the set, the episode of urban violence involving the girl Ágatha Félix, 8 years old, in Morro do Alemão. As a theoretical axis we mobilized discussions about death (ELIAS, 2001), the condition of recognition (AGAMBEN, 2010; BUTLER, 2017), circulation (FAUSTO, 2013; ROSA, 2019; 2020a) and the perspective on mediated social conflicts (HJAVARD; MORTENSEN, 2015) understanding that from this set of theoretical-reflective lenses it is possible to observe dynamics of social interaction that deal with the edges of giving to see, erase or simply show subjects and their bodies.

**Keywords:** mediatized conflicts; images; circulation; imaginary; precarious life.

**Resumen:** Este artículo busca reflexionar sobre los conflictos mediatizados desde la circulación del significado, movilizándolo para ello imágenes inscritas en los medios y que configuran el imaginario mediático por su presencia y reinscripción constantes, movilizándolo/afectando el imaginario social. Como metodología, adoptamos el estudio de caso mediatizado compuesto por tres eventos: la muerte del niño Aylan Kurdi (2015) em Bodrum, Turquía; el asesinato del adolescente Marcos Vinicius, en la favela de Maré y, cerrando el set, el episodio de violencia urbana que involucra a la niña Ágatha Félix, de 8 años, en Morro do Alemão. Como eje teórico movilizamos discusiones sobre la muerte (ELIAS, 2001), la condición de reconocimiento (AGAMBEN, 2010; BUTLER, 2017), circulación (FAUSTO, 2013; ROSA, 2019; 2020a) y la perspectiva sobre los conflictos sociales mediados (HJAVARD; MORTENSEN, 2015) entendiendo que a partir de este conjunto de lentes teórico-reflexivas es posible observar dinámicas de interacción social que se ocupan de los bordes de dar para ver, borrar o simplemente mostrar sujetos y sus cuerpos.

**Palabra clave:** conflictos mediatizados; imágenes; circulación; imaginario; vida precaria.

Este artigo se destina a refletir sobre a problemática das imagens em circulação – portanto, em embates de produção de sentido – dentro de um contexto fortemente afetado pelas lógicas da mediatização (BRAGA, 2015). As imagens que chamam nossa atenção enquanto objeto de pesquisa, e forma de compreensão do mundo, são as imagens midiáticas que configuram um imaginário também midiático a partir de um conjunto de elaborações de sujeitos diversos e díspares. Entendemos que a ponta visível do imaginário midiático são suas materializações (vídeos, fotografias, manchetes); porém, a dimensão invisível se presentifica nas relações que tais imagens desenvolvem com o imaginário social e coletivo, isto é, com imagens profundas do social. Tais imagens profundas são mobilizadas constantemente, como chaves de leitura do mundo, mas também como barreiras para que novos sentidos possam circular. Ou seja, a dimensão invisível do imaginário midiático tem a ver com o modo como este se transforma em parte constituinte do repertório iconográfico individual e coletivo em mútuas tensões. Nesse sentido, o texto discute a comunicação em contextos de guerra e conflitos pelo prisma das imagens e das operações de mediatização – logo, dos processos midiáticos evidenciados nos agenciamentos da circulação –, considerando aqui a centralidade que a comunicação ocupa nos conflitos atuais, sejam eles guerras por disputas geopolíticas ou urbanas.

Essa centralidade reside no fato de que a comunicação com e sobre o outro é sempre um ato político (RANCIÈRE, 2018). Tal ato se manifesta não apenas naquilo que dizemos, mas naquilo que damos a ver ou que evitamos ver. O ato de ver ou de escolher não ver já é, por si só, significativo enquanto movimento de comunicação e alteridade. Em termos de conflitos, o que está sendo visto e o que permanece negado ou inacessível aos olhos? Mbembe (2018) entende a alteridade não como a igualdade, mas como o reconhecimento do outro enquanto outro, em que não esteja em jogo uma “simbólica dominante”. Isto é, mesmo em situações de guerra ou de conflito, para que ocorra, minimamente, a comunicação, é preciso o reconhecimento do outro. Contudo, o que temos visto ao longo dos anos, ainda mais com a intensificação da mediatização, não é um esforço de comunicação, mas de aniquilamento do diverso. Esse aniquilamento parece carregar as “marcas” de sentidos de outros acontecimentos como crises e conflitos.

Consideramos que as imagens midiáticas postas em fluxo contínuo carregam imagens anteriores, marcadas por discursos e temporalidades que se interpõem e duram, numa espécie de abismo. Quando olhamos uma imagem de acontecimento recente vinculado a um conflito, como a guerra na Ucrânia ou as ações policiais em comunidades cariocas, logo outras imagens parecem emergir, presentificando-se como sombras nas produções atuais, pois vinculam-se em um continuum. Por isso é tão comum que uma imagem reporte a outra imagem, o que em alguma medida Flusser (1983) já havia sinalizado quanto ao futuro das imagens e de sua dimensão autonomizadora. A partir dessa consideração, este artigo se propõe a analisar o agenciamento de imagens em três casos muito díspares, tanto no sentido da localização geográfica, quanto das gramáticas de produção e reconhecimento (VERÓN, 2004). Contudo, é possível perceber nas três situações que há um fio condutor que diz respeito ao processo de circulação das imagens e a relação de atribuição de valor à vida.

Como ponto de partida, demarcamos que o agenciamento da imagem é uma dinâmica típica da mediatização, operada de formas distintas conforme interesses, valores

morais e dispositividades em jogo. Ressalta-se, porém, que o agenciamento não é feito por um único agente ou como uma responsabilidade circunscrita à esfera dos meios de comunicação hegemônicos. Ao contrário, a centralidade dos meios era um fenômeno comum nos anos 1980 e 1990, quando o acesso ao espaço discursivo era bastante limitado ao cidadão comum. Atualmente, nos deparamos com um processo muito mais complexo e que é característico da mediatização: o agenciamento de sentidos – logo, de imagens – é engendrado a partir das interações, tecido por muitas mãos, mas ao mesmo tempo atravessado por muitas formas de poder e, conseqüente, de não poder. Assim, identificamos elementos transversais em nossos casos: a) a natureza das imagens midiáticas e a relação com os imaginários sociais vinculados às noções de vida, morte e infância; b) movimentos ou dinâmicas de circulação de conflitos; c) interações e lógicas conflitantes entre atores sociais e instituições midiáticas; e, por fim, d) lógicas de agenciamento da imagem em termos de controle/poder sobre vidas e corpos.

Desta forma, nosso objeto empírico é constituído por três acontecimentos distantes em termos de temporalidade, mas unidos pela presença da criança enquanto vítima de violência e pelo modo como sua imagem vai se movendo entre o símbolo da vida a se preservar e o esvaziamento da vida da “pessoa humana”<sup>2</sup> como valor. Tais acontecimentos podem, assim, ser lidos como episódios distintos, mas conectados pela circulação. Como imagem referencial autônoma, convocamos a fotografia do menino Aylan Kurdi, encontrado morto na praia em Bodrum, na Turquia, que já vem sendo tema de estudos da autora desde sua primeira aparição, em 2015. Em analogia, enquanto imagem esquecida como referente, trazemos à tona a imagem de Marcos Vinicius, estudante assassinado na favela da Maré, no Rio de Janeiro, em 2018. Fechando o conjunto, o episódio de violência urbana, marcado pela morte da menina Ágatha Félix, de 8 anos, no Morro do Alemão, também no Rio, em 2019. Como eixo teórico, mobilizamos as discussões sobre a morte e os moribundos (ELIAS, 2001), a vida e os sujeitos merecedores da condição de reconhecimento (AGAMBEN, 2010; BUTLER, 2017), a abordagem da circulação de sentidos e imagens (FAUSTO NETO, 2013 ; ROSA, 2019; 2020a) e a perspectiva conceitual sobre conflitos sociais mediatizados (HJAVARD; MORTENSEN, 2015), entendendo que a partir desse conjunto de lentes teórico-reflexivas é possível observar dinâmicas de interação social que lidam com as bordas do dar a ver, apagar ou simplesmente transparecer sujeitos e seus corpos.

## O imaginário midiático e as condições de reconhecimento

Falar em imagem é sempre complexo. De um lado, porque a imagem nos cerca, está fora e dentro. Como palavra, serve para abarcar a representação, a materialização de uma ideia, mas também o elemento central da capacidade criativa do homem. Kamper (2016) enfatiza que não há outra forma de pensar senão por imagens. Neste aspecto, quanto mais tentamos negar a força das imagens, mais elas se presentificam. O pensamento se dá por

---

<sup>2</sup> Pe. Marcelo de Aquino, ex-reitor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), reitera a diferença entre a pessoa e a expressão pessoa humana. Ao agregar a expressão humana, se acrescenta uma camada de humanidade, de valores éticos e sociais integrais que dão conta, na filosofia jesuíta, do homem, do conhecimento, mas também de seu espírito.

imagens, e elas são produzidas incessantemente. Contudo, neste texto, a dimensão material da imagem tem força, pois as imagens midiáticas abastecem nosso repertório iconográfico todos os dias, gerando novas elaborações. São sobre essas imagens midiáticas, muitas vezes tidas como empobrecidas, que nos debruçamos, tamanha sua onipresença, seja nas capas de jornais e revistas, em nossas telas de computadores e celulares ou mesmo em nossas próprias produções imagéticas para a circulação.

Estamos falando das imagens que formam o que chamamos de um imaginário midiático. Tal imaginário, conforme Rosa (2020b, p 189), não é feito só de “fotografias, vídeos e memes, mas também de comentários, de manchetes que dão a ver posicionamentos, de expressões que operam sentidos e que no conjunto compõem imagens”. Não se trata da camada da representação figurativa apenas, mas daquilo que as imagens carregam consigo e fazem fazer (DIDI-HUBERMAN, 2012) quanto a tomadas de posições, operações de sentido, manutenção ou ruptura de camadas de sombreamentos que ultrapassam o tempo dos acontecimentos. Quando pensamos em imaginário midiático, estamos pensando em um conjunto de imagens que circulam não apenas enquanto produtos, mas que encontram na circulação um espaço fértil para a produção e o acionamento de sentidos múltiplos em torno de determinadas questões. É na e pela circulação que as imagens midiáticas contactam o imaginário em sua forma mais profunda, vinculando-se às imagens simbólicas.

Em nossa proposição, o imaginário midiático não significa somente rebaixamento da capacidade imaginativa, mas também é espaço para sua resistência, nas interações, exatamente na coprodução de sentidos. Embora seja necessário ressaltar que estamos cientes de que a ampliação da oferta de imagens midiáticas complexifica, também, a criação de imagens interiores a partir do momento em que as primeiras se tornam imagens barreiras ou modelizadoras. Nesta discussão, as imagens barreiras se manifestam de duas formas: por sua onipotência (não há nada que as impeça de circular) e por sua ausência (um impedimento total, sua negação). Contudo, é nas operações de visibilidade, típicas de lógicas da midiatização<sup>3</sup> entranhadas no tecido social, que se evidenciam as condições de reconhecimento.

Butler (2017, p. 19), ao tratar do reconhecimento, destaca que este não é apenas um dizer ou uma qualidade atribuída a todos os sujeitos; ao contrário, a base do reconhecimento é a “condição de ser reconhecido”. Esta condição, na abordagem da autora, precede o reconhecimento. Quando adentramos na questão do reconhecimento, os questionamentos sobre o conjunto de normas que permitem que certas pessoas sejam “reconhecidas”, e outras não, nos levam a perceber que há operações de invisibilidade. Tais operações são cada vez mais midiatizadas, isto é, não advêm somente de estratégias dos meios de comunicação tradicionais ou da chamada mídia hegemônica, mas se atualizam e se fundam no fazer coletivo, a partir de lógicas e operações específicas de instituições e de atores sociais. Isto posto, interessa pensar que o modo como os conflitos são hoje midiatizados não passa somente pela estratégia daqueles que produzem o conflito ou neles estão diretamente envolvidos; passa também por sujeitos anônimos, esparsos, que passam a operar sobre um

---

<sup>3</sup> Neste texto, não nos atemos a discutir o conceito de lógicas de midiatização. Este foi elaborado por Braga (2014) e deixa clara a diferença para lógicas de mídias. Embora toda lógica de midiatização carregue as de mídia, sua ênfase está no fazer tentativo e experimental de sujeitos, portanto criativo. Tal fazer é anterior à exposição midiática ou à circulação de conteúdo.

lócus onde desenvolvem-se afetividades, contradiscursos, polarizações, agudizações, visibilidades e apagamentos.

Esse conjunto de enunciados constitui uma atividade de fabulação – portanto, uma forma de narrar o mundo e, derivado disso, de produzir imagens desse mundo. Na sociedade em midiaticização, os sujeitos ascendem ao espaço dos dispositivos midiáticos, tomam para si a condição de existência, mas esta passa a ser limitada por outros filtros e fluxos que independem também do acesso, inclusive tecnológico, e da vontade do sujeito. Este, caso não tenha condições de reconhecimento efetivas, pode ser apagado por imagens outras, mais pertinentes, ser simplesmente envolvido em lógicas comerciais de aparatos ou, ainda, perder completamente o direito sobre a sua própria imagem, uma vez que esta, ao ingressar na circulação, já não pertence mais ao sujeito, mas ao fluxo. Neste aspecto, estamos diante de um embate: apesar da diversidade de oferta em produção, não necessariamente temos uma diversidade em reconhecimento. O que impede a pluralidade de visões? Esta é a situação que tentaremos abordar em nosso caso de pesquisa.

## O caso de pesquisa midiaticizado

Neste artigo, desenvolvemos um caso de pesquisa midiaticizado. Isto significa que optamos por desenvolver o acionamento da perspectiva teórica a partir da mobilização da empiria – portanto, da configuração de um caso de investigação. Este vem sendo um traço identitário dos pesquisadores que integram a linha Midiaticização e Processos Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos e tema de intensa reflexão metodológica do Laboratório de Circulação, Imagem e Midiaticização (LACIM)<sup>4</sup>, tanto nos quadros em formação como nas pesquisas em andamento. Feita esta ressalva, consideramos aqui como caso não um caso jornalístico ou um caso “pronto” (BECKER, 1999), dado de antemão. Ao contrário, o caso de estudo se configura a partir de sua característica central, que é um caso midiaticizado e, portanto, de profunda complexidade, tecido a partir de um conjunto de relações e tensões.

Por não ser um caso dado, ele é fruto da construção do pesquisador. Isto implica dizer que leva em conta nosso fazer artesanal e aproximações que, à primeira vista, não parecem possíveis nem em termos de tempo e espaço, já que tratamos de três acontecimentos que são apartados geográfica e tematicamente. Estamos falando da morte de Aylan Kurdi, menino sírio encontrado morto em uma praia em Bodrum, na Turquia, em 2015. E, de outro lado, da morte do menino Marcos Vinicius, estudante assassinado na favela da Maré, no Rio de Janeiro, em 2018. O terceiro acontecimento, a morte da menina Ágatha Félix, atingida por bala perdida, também no Rio, se liga diretamente ao segundo, porém as diferenças dos modos de tratamento e exposição são muito significativas. Além disso, cabe enfatizar que o caso midiaticizado é marcado por procedimento de observabilidade que prescindem da definição prévia de um ou outro meio (o jornal, o Twitter), mas que se busca capturar os rastros da produção de sentido inscritos na circulação por diferentes atores. Por isso, neste texto, o recorte é constituído pelos acontecimentos, entendidos com

---

<sup>4</sup> Grupo de pesquisa cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Para conhecer mais sobre o grupo, é possível acessar em: <<https://www.lacim.com.br/>>.

episódios que se conectam por meio de operações perceptíveis a partir de marcas. Estas marcas são observadas em movimento descritivos-inferenciais que permitem saltos analíticos no acionamento da teoria.

Embora sejam três fatos distintos em termos contextuais, o recorte que trazemos leva em conta a proposta de discutir os conflitos mediatizados e o lugar da imagem para estimular tanto a visibilidade quanto o apagamento de sujeitos e corpos. Entre os elementos observados, enfatiza-se a ideia de infância como forma de contato com o outro, de mobilização. Assim, nosso trabalho reflexivo volta-se para a tensão sobre as lógicas de agenciamento da imagem em termos de poder, em especial quanto à noção de “vida válida” evidenciada nos jogos interacionais, inclusive no direito à visibilidade.

### **Do anjo às infâncias perdidas: excesso e transparência**

Aylan Kurdi já dispensa apresentações. O menino sírio encontrado com a face voltada para as areias claras do mar da Turquia aciona nossa memória visual e afetiva toda e cada vez que a imagem da criança de camiseta vermelha e bermuda jeans, registrada pelas lentes da fotógrafa Nulifer Demir, é exposta. A foto que, em poucos segundos, conquistou o *trending topics* do Twitter e foi capa de praticamente todas as publicações jornalísticas do mundo, transformou-se em símbolo da tragédia da Síria a partir momento em que passou a restringir o acesso de outras imagens, tornando-se barreira para novas elaborações. Quando se aborda a situação da crise migratória, a imagem de Kurdi vincula-se como fantasmagoria, apesar de toda a polêmica sobre sua veracidade.

É fato: Kurdi conquistou um espaço bastante singular no imaginário midiático. Sua imagem não é apenas a fotografia-registro jornalístico de um acontecimento; muito além disso, a fotografia do menino evidencia um conjunto de operações de mediatização, orquestradas tanto pelos meios quanto por atores sociais e instituições. Podemos considerar que, num primeiro momento, a imagem de Aylan Kurdi foi produzida para a circulação. Já num segundo momento, a imagem provocou comoção, sendo apropriada por diferentes sujeitos, entre eles artistas e ilustradores, que reinseriram a imagem do menino sírio no fluxo.

Observa-se que a comoção foi fortemente amplificada por se tratar não da crise migratória em si, mas de uma criança sem face, que carrega todas as outras, as passadas e as futuras. Kurdi é o retrato da infância, da vida precária, mas que é digna de ser vista (BUTLER, 2017) porque é um corpo-morto que lembra a importância da vida. Ou, melhor, a importância de outras vidas, daqueles que contemplam a imagem cientes de sua condição de “vivos”. O menino transforma-se em mártir, recebe homenagens, continua aparecendo ciclicamente em postagens nas mídias sociais e a data de sua “aparição” é rememorada todos os anos. E embora se perceba um esmaecimento de sua força simbólica, visto que há outros conflitos e pautas sociais em cena, a imagem de Kurdi não desaparece por completo; ela adquire um *status* de latência, como se estivesse à espreita para ressurgir.

Em termos de operações, podemos inferir que, se há movimentos do jornalismo para produzir a imagem com vistas a circulação, há também movimentos dos atores sociais para que esta imagem permaneça circulando. Isso leva a considerar que o modo de fabular sobre a morte de Aylan Kurdi, e o conflito que ele representa, incide sobre a sua permanência na circulação desde o ocorrido em 2015.

Por outro lado, Kurdi é sempre a criança sem face, sem passado e futuro, um corpo diante de nossos olhos que demarca uma violência visual que queremos combater, visto que há aí uma emergência de um rosto, isto é, de uma imagem que resulta em um clamor ético. Sua imagem não desaparece enquanto circuito (BRAGA, 2012), pois é autonomizada. Temos uma imagem de corpo, visível midiaticamente, nunca esquecida, porque é uma referência autônoma do próprio fato a que se refere. Temos a violência de exposição contínua da imagem do corpo, da morte, justificada pela luta pela vida.

Ao mencionar o nome Marcos Vinicius, talvez a imagem do jovem de 14 anos não venha tão facilmente à nossa mente. A imagem também foi amplamente reproduzida e ganhou repercussão internacional; contudo, foi desaparecendo com o passar dos dias até o seu completo esmaecimento. O estudante morreu baleado no dia 20 de maio de 2018, no Complexo da Maré, durante uma operação policial. Ele teria sido atingido por um tiro de um blindado. Ainda que a cobertura jornalística, à época, tenha tentado abarcar tanto a perspectiva da polícia quanto os protestos derivados da ação policial, nota-se que discursivamente as operações foram de desconstrução do adolescente e de seu direito à vida. Mesmo que manchetes e reportagens deem lugar à imagem figurativa e à escuta de familiares, por exemplo, toda a narrativa acentua o imaginário coletivo quando se pensa em favelas e em corpos negros. Trata-se de uma morte que resulta em protestos, arruaça, enquanto a polícia desenvolve uma “ação contra o tráfico”. Essas escolhas verbais (como se vê na Figura 1) acabam por tecer uma imagem do adolescente, permitindo inclusive comentários de crítica à vítima e formas de dupla violência: a do corpo e a da memória.

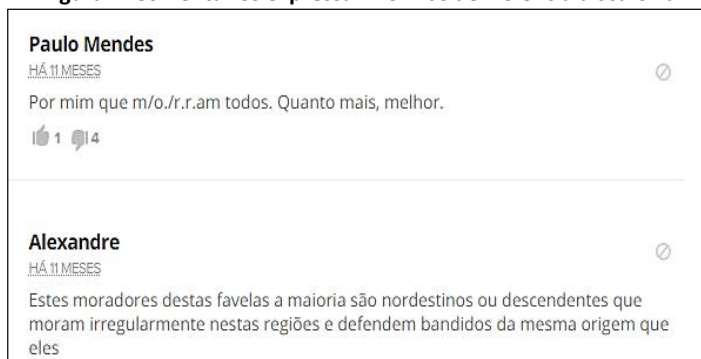
Figura 1. Manchete que reitera imaginário da favela



Fonte: Reprodução/G1.

Quando a instituição jornalística vincula a notícia da morte do estudante aos protestos na comunidade, a morte passa se tornar secundária, acoplando-se uma imagem de desordem e confronto. A mesma imagem que já vimos inúmeras vezes em produções comunicacionais, como filmes e reportagens. Os comentários dos atores sociais, como veremos a seguir (Figura 2), ratificam esta posição. “Esses moradores dessas favelas” ou “que morram todos” são afirmações que negam qualquer condição de reconhecimento a este sujeito, o jovem vítima, e mais do que isso impõe a violência discursiva que valoriza a violência física, o combate ao outro.



**Figura 2. Comentários expressam formas de violência discursiva**

Fonte: Reprodução/G1.

Como a imagem do corpo-morto na cena do crime não foi veiculada ou foi impedida de circular, somente as imagens de arquivo da família passam a corporificar o estudante. Aliás, a palavra estudante passa a ser adotada com frequência, até porque a camiseta de seu uniforme suja de sangue passa a ser a única materialidade que atesta o acontecimento.

Assim, no caso de Marcos Vinicius, temos uma proliferação de imagens de arquivo, imagens estas que, por seu caráter de reportar ao passado, tentam reconstituir uma vida; porém, tal reconstituição abre flanco para a desinformação, para as montagens (como pode ser visto na Figura 3) e para operações de atores sociais pouco preocupados com a vida perdida ou com a das famílias enlutadas, até porque, como menciona Butler (2017), há vidas que nem são tidas como passíveis de luto.

**Figura 3. Montagens entram no fluxo da circulação, deslocando sentidos**

Fonte: Reprodução/Facebook.

Neste caso, portanto, temos uma operação intensa de produção de imagens tensionadoras, imagens que tentam preencher a ausência da imagem do corpo-morto. Estas só são barradas pelo contra-agenciamento que familiares e amigos passam a desenvolver taticamente na esfera das redes. Esse processo visa romper com o discurso do “bandido bom é bandido morto”, mesmo que, para isso, seja necessário apagar completamente a imagem-face de Marcos Vinicius para transformá-lo numa imagem-símbolo de um não-corpo. A camiseta do uniforme escolar, bandeira conduzida em todas as manifestações que o adolescente se presentifica no *post mortem* como corporeidade, reatualiza o imaginário do Santo Sudário (Figura 4), mas, diferentemente do lugar sacro atribuído à imagem de Jesus, a imagem do adolescente passa a permanentemente inquirir: por que a minha vida vale menos?

**Figura 4. Registro da camiseta em disputa**



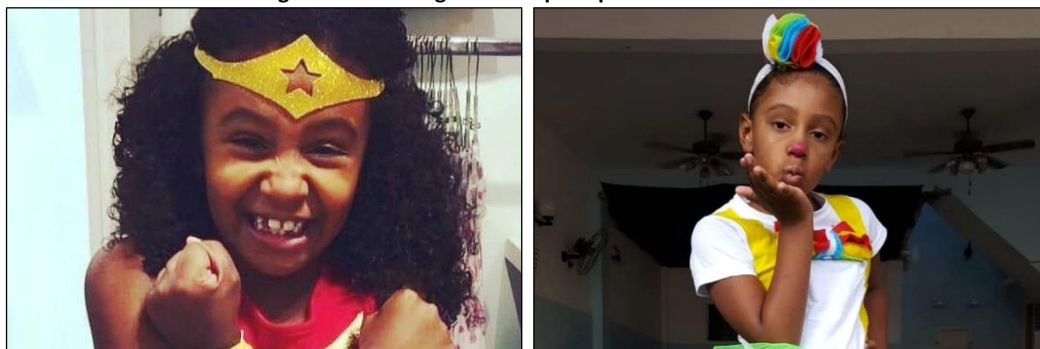
Fonte: Reprodução/Folha de S.Paulo.

Com o passar dos anos, o caso de Marcos Vinicius se torna invisível midiaticamente, embora a mãe do estudante venha desenvolvendo um conjunto de ações de contra-agenciamento que visam evitar seu esquecimento e preservar a imagem da vida. Mesmo invisibilizado, visto que sua imagem foi circunscrita à temporalidade do acontecimento em si, há operações de resistência que blindam a imagem do adolescente. Se, de um lado, sua fotografia não comove como a da infância perdida, de outro, também, não há a sua banalização enquanto corpo-morto permanentemente apropriado na esfera midiática.

Já o terceiro caso, e mais recente, da menina Ágatha Félix, ocorreu no dia 20 de setembro de 2019, no Morro do Alemão. A menina e a mãe retornavam para casa em uma kombi quando o veículo foi atingido por disparos. A defasagem de sentido entre o dito pela Polícia (havia um confronto) e o dito pelas testemunhas (a Polícia atirou contra o veículo) revela não apenas o embate de sentidos na circulação discursiva do caso, mas também na

circulação imagética. As imagens apresentadas são imagens de arquivo da família (Figuras 5 e 6), nas quais Ágatha aparece como palhacinha, bailarina e, até mesmo, fantasiada de um personagem de desenho animado. Isto é, um universo lúdico é trazido à tona para personificar a infância perdida e caracterizar a menina assassinada. Ante o não acesso a uma imagem do momento da morte, visto que a menina foi conduzida ao hospital ainda com vida e veio a óbito horas depois, percebe-se o preenchimento do vazio imagético da “cena” e do corpo-morto pela fotografia “memória do corpo vivo”. A imagem da menina feliz choca, pois é a figurativização da impotência de sua permanência senão enquanto imagem.

**Figuras 5 e 6. Imagens de arquivo compartilhadas na mídia**



Fonte: Reprodução/Arquivos familiares para a *Folha de S.Paulo*.

Mas o recurso de recuperar uma imagem de arquivo também foi utilizado no caso de Marcos Vinicius. O que há, então, de diferente? A imagem de Ágatha é uma imagem com uma face humana definida, mas é uma imagem de distância. Foi aquela menina lá, na favela. Ainda que a comoção seja coletiva, o distanciamento propiciado pela elaboração jornalística faz com que seja atribuída à criança um reconhecimento por sua condição de infante, assim como por uma realidade típica das favelas brasileiras.

O foco, entretanto, não é a criança. Ainda que Ágatha apareça como cartola em matérias jornalísticas (Figuras 7 e 8) e ilustrações, a partir de seu sorriso que se liga à figura da inocência e do anjo, a imagem que adere ao caso é a da Polícia que mata, das ações governamentais que incidem na autorização para “matar livremente” adotada no Rio de Janeiro e respaldada pelo pacote anticrime do, à época, ministro Sérgio Moro. Ou seja, o caso é uma forma de dar a ver não a vida ceifada, mas as políticas e os poderes em tensão. Diante disso, consideramos que a imagem de Ágatha adquire uma condição transparente, perpassada por outros valores que não o do reconhecimento da vida a ser vivida, mas sim do valor de quem está no poder. A ideia de transparência aqui se refere ao fato de que a imagem da menina sucumbe ao dispositivo que a sustenta, em especial na narrativa jornalística. Embora seu rosto e seu corpo possam nos afetar, mobilizando um debate ético e social, o modo como o corpo emerge na circulação a partir de enquadres já vistos acaba por abafar esses tensionamentos, numa espécie de operação de encobrimento a partir de uma camada de transparência. Vemos, mas não ouvimos. A fabulação da favela não é

quebrada, mas reforçada no imaginário. Embora seja importante destacar que a transparência de Ágatha enquanto estratégia comunicacional-midiática é quebrada pela presença do corpo-imagem que insiste em nos confrontar como a inquirir: “Minha vida para isso? Minha infância levada em nome de quê?”

Figuras 7 e 8. Manchete do caso Ágatha e a ênfase política



Fonte: Reprodução/Reportagens publicadas em portais.

### Agenciamento da imagem como exercício de poder: onde fica a alteridade?

O conjunto de nossos objetos empíricos conduzem à observação de operações que levam a lógicas de agenciamento de imagens. Estamos diante de situações que envolvem conflitos urbanos mediatizados. Não apenas porque fazem parte da pauta de cobertura jornalística, mas porque socialmente se desenvolvem estratégias e táticas para elaborar sentido sobre os acontecimentos, colocando-os em fluxo. Se, no primeiro caso, temos a guerra da Síria e a crise migratória dela derivada, temos, no segundo, a complexidade da guerra civil, da violência dos conflitos armados entre polícia e milícias que já resultaram em números bastante expressivos de vítimas no país. Do mesmo modo, no terceiro caso, temos os conflitos entre polícia e traficantes como marca de um imaginário de favela, além de uma pressão política que se manifesta na relação tanto do jornalismo com o caso quanto dos próprios agentes políticos com sua repercussão.

A imagem de Kurdi tem o efeito de ferir, causando uma espécie de ruptura. Se a vemos pela milésima vez, ainda assim ela tem a capacidade de representar todas as crianças, inclusive as que fomos. Tal afetamento, que torna a sustentação do olhar impossível, assim como o desvio, sinaliza que não se trata do nome ou do conflito, mas da fórmula de

produção e circulação da imagem – uma imagem convocadora que não nos deixa parar de olhar, independentemente do referente. A imagem literal do corpo, visível midiaticamente, nunca pode ser esquecida, pois é sempre reinserida como sombra em episódios semelhantes posteriores. O corpo estirado na praia é o oposto da visão ideal de infância feliz e talvez por isso devolva uma espécie de conforto àqueles que a olham. O conforto é o da observação distante, pois, embora nos toque, não incide sobre nosso lugar de vivos. Entretanto, incide sobre o lugar de Aylan Kurdi enquanto corpo-morto. A partir de sua contínua inscrição, nos deparamos com a destituição do direto à morte e com o esvaziamento do sujeito. Apesar de ser uma imagem amplamente valorada na circulação, isso não significa que o valor de sua vida esteja preservado ou restituído. Ao contrário, é uma vida inútil enquanto vida, mas útil enquanto simbologia.

Já a imagem de Marcos Vinicius, desaparecida do fluxo, retirada, leva a um duplo movimento de apagamento. Rosa (2020b, p. 202) já havia alertado para o fato de que, neste caso, o apagamento do arquivo, da fotografia-registro que indica um “isto foi” barthesiano, implica também numa tentativa de apagamento da memória do acontecimento: “Neste sentido, o estilhaçamento é o da memória, que se fragmenta. Para recompor a história de Marcos Vinicius não basta sua fotografia, é preciso narrar, recuperar os dados.” A questão é que, passados alguns anos da morte do adolescente, este continua sendo um corpo substituído por uma camiseta manchada de sangue. Como sujeito, é um corpo impedido de circular, mas que, por táticas de mediatização da própria família, passa a ser preservado enquanto vida a ser vivida, em especial ao usar a hashtag #MarcosViniciusPresente, em alusão a Marielle Franco, e ao reiterar a presença da camiseta, espécie de Santo Sudário que lhe atribui corporeidade, retirando de circulação e blindando a imagem da face dos estigmas possíveis. Quando a imagem do corpo do estudante não é reconhecida – portanto, é menos valorada na circulação –, estamos diante de um poder tácito que se instala de determinar aqueles que não são “passíveis de luto”. De outro lado, o movimento de contrafluxo ou contra-agenciamento (ROSA, 2020b) desencadeado pela família permite que o adolescente conquiste uma sobrevida que não reside na sua contínua exposição e na violência pela imagem.

Em 2022, Marcos Vinicius é, aparentemente, só um fato a rememorar, mais um dos acontecimentos calendários que se referem aos contínuos conflitos urbanos nas cidades brasileiras. Ele não se insere como sombra em coberturas e produções midiáticas de atores sociais posteriores, como Kurdi. Ao contrário, sua imagem é negada, deletada, excluída. Mesmo quando outros fatos mais recentes, como o caso Ágatha, a ele se ligam diretamente. Nossa inferência é que a imagem de arquivo de Marcos Vinicius e mesmo a imagem da camiseta não possuem força de pregnância para se tornar um referente autonomizado – portanto, ainda que seja recente, não integra nosso imaginário social com uma força aglutinadora como o faz a imagem de Kurdi. Há também de se considerar que Marcos Vinicius tinha 14 anos quando foi assassinado, o que já o retira da abordagem da infância perdida, ou, como diria o poeta Casimiro de Abreu, da “aurora de minha vida, de minha infância querida, que os anos não trazem mais”<sup>5</sup>. Desta forma, para mobilizar as gramáticas de

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://acortar.link/OjZOEws>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

reconhecimento, engendrar contatos, é preciso recuperar o ocorrido – portanto, tecer novamente o acontecimento.

Essa tessitura se dá, exatamente, com a morte da menina de 8 anos, no Morro do Alemão, em 2019. A particularidade do caso é que as imagens postas em circulação foram amplamente valoradas e o assassinato chegou a ser o assunto mais comentado do país naquele momento. Isto não revela, porém, a visibilidade nem da menina, nem da favela, muito menos do debate efetivo sobre o tráfico e os conflitos cotidianos vividos nas comunidades brasileiras. Uma criança pobre, negra e moradora da favela recebe visibilidade por quê? A pergunta nos permite chegar a uma resposta bastante inquietante sobre os movimentos de enquadramento e de alteridade tanto do jornalismo quanto dos atores sociais mediatizados, em especial no que tange ao debate das vulnerabilidades sociais e também racial<sup>6</sup>. Significa dizer que a imagem de Ágatha é uma espécie de alavanca para uma discussão de fundo emergente; a menina apenas ilustra uma série de reportagens e comentários que precisaram do insumo de sua vida para serem feitas. Não se trata da vida ou da infância de Ágatha, mas do “infanticídio”<sup>7</sup> cometido toda e cada vez que sua fotografia é reinscrita para dar lugar às tensões políticas. Sua imagem é a transparência que demonstra a total e completa indiferença com a vida do outro.

### **Conflitos mediatizados: da incompreensão da vida a uma política possível**

Hjavard e Mortensen (2015, p. 3, tradução nossa) defendem que, atualmente, os conflitos mediatizados não são apenas mediados, mas desenvolvidos e atravessados pela mediatização.

Os conflitos tornaram-se mediatizados, o que significa que os conflitos não são apenas representados e se destacam em ambientes sociais saturados pela mídia, mas também que a mídia tem um profundo impacto nos conflitos em si, tanto em termos de organização interna quanto de desenvolvimento externo. O surgimento das mídias digitais tem intensificado e alterado as inter-relações entre mídia e conflitos no ambiente de mídia global e convergente de hoje<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> A questão racial é bastante cara e poderia ter sido adotada como prisma central tendo em vista que dois dos episódios analisados envolvem negros. Contudo, entende-se que essa discussão merece espaço profundo e específico em outro texto, considerando as discussões de necropolítica (Achille Mbembe) e necrobiopolítica (Berenice Bento), principalmente porque há operações e lógicas midiáticas que se evidenciam também na circulação, reiterando e produzindo violências e apagamentos de sujeitos negros e vulnerabilizados, a exemplo da provocação de Porto (2020) sobre qual é a cor do invisível no Brasil.

<sup>7</sup> O uso do termo é apenas metafórico, visto que pelo Código Penal (1940), artigo 123, o infanticídio se refere a casos em que a própria mãe, durante o período puerperal, mata o filho ainda em tenra idade. Aqui, nos apropriamos da ideia da formulação da palavra que engloba o homicídio e a infância.

<sup>8</sup> No original: “*Conflicts have become mediatized meaning that conflicts are not only represented and played out in media-saturateed social environments but also that media have a profound impact on conflicts themselves, in terms of both internal organisation and external development. The emergence of digital media has both intensified and altered the interrelationships between media and conflict in today’s global and convergent media environment*” (HJAVARD; MORTENSEN, 2015, p. 3).

Conforme essa ótica, um conflito midiaticizado envolve dinâmicas que são geralmente de três ordens: *amplificação*, *enquadramento* e *agência performática* e *coestruturação*. Por amplificação, entende-se a capacidade da mídia de amplificar o conflito e de ampliar suas bordas geográficas e discursivas, inclusive por meio da disseminação de notícias desterritorializadas. O enquadramento diz respeito a uma ideia de “dramaturgia” dos conflitos a partir de diferentes gramáticas de mídia, visto que a linguagem, para os autores, tem tanto a função de enquadrar como de performar, isto é, atribuir uma narrativa seriada entre conflitos. Por fim, a coestruturação envolve as diferentes relações de poder que emergem nos conflitos. Essas dinâmicas representam, assim, não uma tipologia de conflitos, mas seus mecanismos que se manifestam de modos combinados e complexificados.

Uma dessas complexificações é a presença dos atores sociais na cena, produzindo narrativas ou enquadramentos sobre os conflitos, indo além do que se conhecia por um modelo de interação. Nos casos deste artigo, a família de Marcos Vinicius tenta agenciar a imagem; já no caso Aylan Kurdi e da menina Ágatha, são as instituições midiáticas, em especial as jornalísticas, que assumem essa função, cabendo aos atores sociais a tensão por meio de comentários e de novas apropriações. A tensão, porém, não adquire a mesma proporção em termos de visibilidade; ela transforma-se em movimento de fúria (ROSA, 2016) – portanto, em reinscrição da imagem. Essa contínua reinscrição, embora demonstre uma força de pregnância da imagem, pode remeter também a um gradual desprendimento da ideia de vida, visto que aquilo que permanece circulando é somente um corpo-imagem pouco capaz de tocar, a ponto de converter-se em ação, isto é, de uma imagem que faz fazer, que provoca uma efetiva transformação social a partir do reconhecimento do outro.

Elias (2001), em *A solidão dos moribundos*, reflete sobre a morte no Ocidente e como esta se liga à noção de imagem, ou seja, a contínua tentativa de adiar a morte e de enfrentar suas feições. A imagem da morte é “recalcada”, pois há, na visão do autor, uma preferência por ver os corpos-mortos do que os moribundos. Estes últimos evidenciam a vida destituída de sentido. Transpondo para nosso debate, é preferível ver os corpos de crianças para discutir a infância perdida do que adentrar nas condições cotidianas de violação de direitos de crianças e adolescentes que apenas sobrevivem, em situações de vulnerabilidade plena, seja nas favelas, seja nos campos de refugiados. Para isso, seria necessário, pois, entendê-las como sujeitos dignos de vida.

Em outra abordagem, Agamben (2010) trata da morte e do poder ao mencionar a noção da vida que não merece viver. O autor recupera o conceito de “vida sem valor” e considera que o poder de “julgar” encontra-se na dimensão política, da qual todos fazemos parte, em maior ou menor grau. Por outro viés, mas em sentido aproximado, Butler (2017, p. 54) discute a vida “não passível de luto” e a precariedade da vida, enfatizando que há, ainda, muitas limitações nas condições de reconhecimento sobre qual vida merece ser vivida: “Nem todo mundo conta como sujeito na vida contemporânea [...] o que está em jogo são comunidades não exatamente reconhecidas como tais, sujeitos que estão vivos, mas que ainda não são considerados vidas”. É neste ponto que os três casos aqui reportados parecem convergir. Trata-se de refletir sobre a produção de condições de reconhecimento na circulação midiática, de pensar como estes sujeitos (crianças ou não) são compreendidos enquanto vidas ceifadas em nome de diferentes conflitos e de poderes em jogo.



Quando nos referimos a circulação, estamos considerando esta como uma relação de atribuição de valor nas interações – portanto, perceptível entre produção e reconhecimento, com suas inúmeras defasagens e assimetrias. O valor não diz respeito ao que circula enquanto produto material simplesmente, mas se dá tanto por aquilo que se escolhe para pôr em fluxos quanto por aquilo que se exclui. Do mesmo modo, tanto por aquilo que se atribui como valor a ser reforçado socialmente – o respeito ao outro, por exemplo – quanto por aquilo que se apaga, a vida daquele que é diferente. Neste sentido, a imagem que circula está imersa em disputas de poder, visto que toda visibilidade é resultado de operações de poder. Tais operações não podem mais ser demarcadas por este ou por aquele agente de poder; isto porque, como bem salienta Sodré (2020, p. 46),

a questão crucial nos estudos de mediação é investigar como as relações de poder poderiam oferecer matéria-prima para um novo tipo de política, levando-se em conta o depauperamento da representação parlamentar no âmbito da mediação, que é poder sem política visível, mas certamente poder que aprofunda o controle social.

E é na busca pelo controle social que os conflitos mediatizados lidam o tempo todo com um conjunto de díades: entre dizer e calar, visibilizar e invisibilizar, valorar a vida e negá-la, reproduzir ciclicamente e esgotar. A mediação põe em curso novas dinâmicas que se fundam e se reatualizam, inclusive as que dizem respeito aos modos de imaginar. As tecnologias e os aparatos atravessam e interferem não somente no que partilhamos, mas naquilo que imaginamos partilhar. E, se, por um lado, há mais reiteração e controle, há, de outro, mais vozes, mais espaço para contradiscursos, para subversões e tentativas políticas de redução da transparência de sujeitos, de sua coisificação. Nesse aspecto, é importante considerar que os três episódios observados como corpos-imagens podem também suscitar um olhar de escuta, de acolhimento. Isto porque, ao observar os três episódios em conjunto, percebemos que há uma politicidade que se manifesta a partir do enquadramento e das condições de reconhecimentos que ele produz (BUTLER, 2017); a construção de dispositivos de visibilidades que agenciam cenas e disputas de sentidos em torno dessa noção de aparecer e existir (RANCIÈRE, 2012), bem como a permanência, mesmo diante das tentativas de banalização e esvaziamento, de uma convocação ética do olhar (DIDI-HUBERMAN, 2012). Essa convocação evidencia a luta de sentidos entre a face e o rosto (LEVINÁS, 1980), entre o corpo-morto e o corpo-imagem (KAMPER, 2016).

Mbembe (2018, p. 309) defende “um pensamento da travessia, um pensamento-mundo”. Como abrir caminho para este pensamento? Uma pista talvez seja reaprendendo a ler o que nos olha, voltando, consequentemente, o olhar para nós mesmos. Cabe perguntar: o que fazemos nós, quando aderimos a fluxos interacionais ou quando, meramente, reproduzimos imagens da infância perdida? Em que medida o “infanticídio” visual é reatualizado por nossas práticas? Como lidamos com o poder da mediação que é, aparentemente (talvez ingenuamente?), sem política e que a todo momento a faz? Estas são perguntas-provocação que, na temporalidade dos fluxos deste texto, podem ganhar algum eco.



## Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

BECKER, Howard. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRAGA, José Luiz. Lógicas da mídia, lógicas da midiatização? In: FAUSTO NETO, Antônio; ANSELMINO, Natalia Raimondo; GINDIN, Irene Lis (Eds.). *Relatos de investigaciones sobre mediatizaciones*. Rosario: UNR, 2015. p. 15-32.

\_\_\_\_\_. Circuitos *versus* campos sociais In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda (Orgs.). *Mediação & midiatização*. Salvador, Brasília: EDUFBA, Compós, 2012. p. 31-52.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imagens apesar de tudo*. Lisboa: KKYM, 2012.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos: seguido de “Envelhecer e morrer”*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

FAUSTO NETO, Antônio. Como as linguagens afetam e são afetadas na circulação? In: BRAGA, José Luiz et al (Orgs.). *10 perguntas para a produção de conhecimento em comunicação*. São Leopoldo: Unisinos, 2013. p. 43-64.

FLUSSER, Vilém. A imagem do cachorro morderá no futuro? *IRIS*, mar. 1983. Disponível em: <<https://acortar.link/Z1BT7y>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

HJARVARD, Stig; MORTENSEN, Mette. *The Dynamics of Mediatized Conflicts*. New York: Peter Lang, 2015.

KAMPER, Dietmar. *Mudança de horizonte: o sol novo a cada dia*. São Paulo: Paulus, 2016.

LEVINÁS, Emmanoel. *Totalidade e infinito*. Lisboa: Edições 70, 1980.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

PORTO, Isaac. *Qual é a cor do invisível? A situação de direitos humanos da população LGBTI negra no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2020.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: 34, 2018.

\_\_\_\_\_. *O destino das imagens*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

ROSA, Ana Paula da. Quando os olhos não piscam nem param: da imagem operação à ascensão ao fluxo. In: FERREIRA, Jairo et al. (Orgs.). *Rede, sociedade e pólis: recortes epistemológicos na midiatização*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2020a. p. 201-225.

\_\_\_\_\_. A imagem em circulação: estilizando o olhar e a memória. In: FERREIRA, Jairo et al (Orgs.). *Midiatização, polarização e intolerância (entre ambientes, meios e circulações)*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2020b. p. 187-208.

\_\_\_\_\_. Circulação: das múltiplas perspectivas de valor à valorização do visível. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, v. 42, n. 2, p. 21-33, maio/ago. 2019.

\_\_\_\_\_. De reflexos a fagias: os níveis de circulação e apropriação midiática das imagens. In: CINGOLANI, Gastón; SZNAIDER, Beatriz (Eds.). *Nuevas mediatizaciones, nuevos públicos: cambios en las prácticas sociales a partir de las transformaciones del arte y los medios en la red*. Rosario: UNR, 2016. p. 77-97.

SODRÉ, Muniz. Midiatização e jornalismo. In: FERREIRA, Jairo et al. (Orgs.). *Rede, sociedade e pólis: recortes epistemológicos na midiatização*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2020. p. 45-54.

VERÓN, Eliseo. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

**Ana Paula da Rosa**

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCC) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professora e pesquisadora na linha Midiatização e Processos Sociais do PPGCC da Unisinos, do qual também é coordenadora. Atualmente, é professora visitante na Södertörn University (Suécia).